



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

C. G. C. (M. F.) 08.158.669 / 0001-18

ADM: Antonio Faustino da Costa

LEI Nº 198/93.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL E CRIAÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL A ELE VINCULADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Constitucionais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CMAS

Art. 1º Fica constituído o Conselho Municipal do Bem-Estar Social, com caráter deliberativo e com a finalidade de assegurar a participação de comunidade na elaboração e implementação de programas de área Social, tais como de habitação, de saneamento básico, de promoção humana e outros, além de gerir o Fundo Municipal do Bem-Estar Social, a que se refere o Art. 2º da presente Lei.

Art. 2º Fica criado o Fundo Municipal do Bem-Estar Social destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à implantação de programas da área Social, tais como de habitação, de saneamento básico e de promoção humana voltados à população de baixa renda.

Art. 3º Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal do Bem-Estar Social, serão aplicados em:

- I - Construção de moradias;
- II - Produção de lotes urbanizados;
- III - Urbanização de favelas;
- IV - Aquisição de Material de construção;
- V - Melhorias de unidades habitacionais;
- VI - Construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana?



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

C. G. C. (M. F.) 08.158.669 / 0001-18

ADM: Antonio Faustino da Costa

- VII - Regularização fundiária;
 - VIII - Aquisição de Imóveis para locação Social;
 - IX - Serviços de assistência técnica e Jurídica para implementação de programas habitacionais de saneamento básico e de promoção humana;
 - X - Serviços de apoio a organização Comunitária em programas habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana;
 - XI - Complementação de Infra-Estrutura em loteamentos deficientes destes serviços com a finalidade de regularizá-los;
 - XII - Revitalização de áreas degradadas para uso habitacional;
 - XIII - Ações em cortiços e habitações coletivas de aluguel;
 - XIV - Projetos experimentais de aprimoramento de tecnologia na área habitacional e de saneamento básico;
 - XV - Manutenção dos sistemas de drenagem e, nos casos em que a comunidade opera, dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
 - XVI - Quaisquer outras ações de interesse social aprovadas pelo Conselho, vinculados aos programas de saneamento, habitação e promoção humana.
- Art. 4º Constituirão receitas do Fundo:
- I - Dotação orçamentária próprias;
 - II - Recebimento de prestações decorrentes de financiamento de programas habitacionais;
 - III - Doações, auxílios e contribuições de terceiros;
 - IV - Recursos financeiros oriundos do Governo Federal e de outros órgãos público, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
 - V - Recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de Convênios;
 - VI - Aporte de Capital decorrentes da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas em Lei específica;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

C. G. C. (M. F.) 08.158.669/0001-18

ADM: Antonio Faustino da Costa

VII - Rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capital;

VIII - Produto da arrecadação de taxas e de multas ligadas a licenciamento de atividades e infrações às normas urbanísticas em geral, e delícias e posturais, e outras ações tributáveis ou penalizáveis que guardam relação com o desenvolvimento urbano em geral, e

IX - Outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas a exceção de impostos.

Parágrafo Primeiro - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento urbano de crédito.

Parágrafo Segundo - Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal do Bem-Estar Social, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

Parágrafo Terceiro - Os recursos serão destinados com prioridade a projetos que tenham como proponentes organizações comunitárias, associações de moradores e cooperativas habitacionais cadastradas junto ao Conselho Municipal de Bem-Estar Social. *ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS*

Art. 5º O Fundo de que trata a presente Lei ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Bem-Estar Social. *ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS*

Parágrafo Único - O Órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Art. 6º São atribuições da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social. *ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS*

I - Administrar o Fundo de que trata a presente Lei e propor políticas de aplicação dos seus recursos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

C. G. C. (M. F.) 08.158.669/0001-18

ADM: Antonio Faustino da Costa

II - Submeter ao Conselho Municipal do Bem-Estar Social o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com os programas sociais (Municipais ou Estaduais), tais como de habitação, saneamento básico, promoção humana e outros, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e de acordo com as políticas delineadas pelo Governo Federal, no caso de utilização de recursos do orçamento da união.

III - Submeter ao Conselho Municipal do Bem-Estar Social as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

IV - Encaminhar à contabilidade geral do Estado ou Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

V - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo, e

VI - Firmar convênio e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Governo do Estado ou Município, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Art. 7º O Conselho Municipal do Bem-Estar Social será constituído de 08(oito) membros, a saber:

- I - 02 (representantes) do Poder Executivo;
- II - 02 (representantes) do Poder Legislativo;
- III - 01 (representante) de Organização Comunitária;
- IV - 01 (representante) de organização Religiosas;
- V - 01 (representante) de Sindicato de Trabalhadores;
- VI - 01 (representante) de entidades patronais;

Parágrafo Primeiro - A designação dos membros do Conselho será feita por ato do Executivo.

Parágrafo Segundo - A presidência do Conselho será exercida por representante do Executivo.

Parágrafo Terceiro - A indicação dos membros do Conselho representantes da comunidade será feita pelas organizações ou entidades a que pertencem.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

C. G. C. (M. F.) 08.158.669/0001-18

ADM: Antonio Faustino da Costa

Parágrafo Quarto - O número de representantes do Poder Público não poderá ser superior à representação da Comunidade.

Parágrafo Quinto - O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo Sexto - O mandato dos membros do conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 8º o Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, na forma que dispuser o regimento interno.

Parágrafo Primeiro - A convocação será feita por escrito, com antecedência mínima de 08 (oito) dias para as sessões ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para as sessões extraordinárias.

Parágrafo Segundo - As decisões do Conselho tomadas com a presença de, no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros, tendo o Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo Terceiro - O Conselho poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo para assessoramento em suas reuniões, podendo constituir uma secretaria Executiva.

Parágrafo Quarto - Para o seu funcionamento, o Conselho fica autorizado a utilizar os serviços infra-estruturais das unidades administrativas do Poder Executivo.

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal do Bem-Estar Social:

I - Aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal do Bem-Estar Social;

II - Aprovar os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo nas áreas Sociais, tais como de habitação, saneamento básico e promoção humana;

III - Estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

C. G. C. (M. F.) 08.158.669/0001-18

ADM: Antonio Faustino da Costa

ou a Fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no artigo 3º desta Lei;

IV - Definir política de subsídios na área de financiamento habitacional;

V - Definir a forma de repasse e terceiros dos recursos sob a responsabilidade do Fundo;

VI - Definir as condições de retorno dos investimentos;

VII - Definir os critérios e as formas para a transferência de imóveis vinculados ao fundo, aos beneficiários dos programas habitacionais;

VIII - Definir normas para gestão do patrimônio vinculado ao fundo;

IX - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do órgão de finanças do Executivo;

X - Acompanhar a execução dos programas sociais tais como de habitação, de saneamento básico e promoção humana, cabendo-lhe inclusive suspender o desembolso de recursos caso sejam constatadas irregularidades na aplicação;

XI - Derimir dúvidas quanto à aplicações das normas regulamentares relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência;

XII - Propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação visando à consecução dos objetivos dos programas sociais, e

XIII - Elaborar o seu regimento interno.

Art. 10º O Fundo de que trata a presente Lei terá vigência ilimitada.

Art. 11º Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Adicional Especial, até o limite de Cr\$ 30.000.000,00, junto a Secretaria do Bem-Estar Social.

Art. 12º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo, no prazo de 30 dias, contados de sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel

C. G. C. (M. F.) 08.158.669/0001-18

ADM: Antonio Faustino da Costa

Art. 13º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, re
vogadas as disposições em contrário.

Coronel Ezequiel-RN, em 21 de junho de 1993.

Antonio Faustino da Costa
CPF 057.721.354-34


PREFEITO